

16. Tributos e Contribuições

A composição do saldo desta rubrica está demonstrada a seguir:

	R\$ mil	
	31/12/03	31/12/02
ICMS	8.007	4.458
COFINS	1.163	1.228
INSS	644	949
IRRF	10.673	2.889
PASEP	639	406
FGTS	340	479
Outros	346	322
	21.812	10.731

17. Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

Em 30 de março de 2000, a Companhia protocolou pedido de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, instituído pela MP nº 1.923/99 e incluiu débitos relativos à COFINS e ao PASEP, cujas provisões, em 31 de dezembro de 1999, eram de, respectivamente, R\$ 17.709 mil e R\$ 5.948 mil.

A adesão ao REFIS e os efeitos contábeis já reconhecidos desde de 1999 estão sujeitos à homologação da Secretaria da Receita Federal. De acordo com cálculos efetuados a partir de projeções do faturamento da Companhia, estima-se que os débitos incluídos no REFIS serão liquidados, mensalmente, até janeiro de 2.019. Os pagamentos correspondem a 1,2% do total da receita bruta.

A composição dos saldos é a seguinte:

	R\$ mil	
	31/12/03	31/12/02
Passivo Circulante	4.913	3.447
Exigível a Longo Prazo	13.867	17.467
	18.780	20.914

Em fevereiro de 2002, a Companhia recebeu da ELETROBRÁS uma carta de fiança no montante de R\$ 23.000 mil, que foi oferecida à Secretaria da Receita Federal, em garantia do valor atualizado de tributos e contribuições inscritos no REFIS. O pedido de adesão ao programa permanece em processo de homologação.

18. Provisão para Contingências e Depósitos Judiciais

As principais informações a respeito das contingências Trabalhistas e Cíveis e Depósitos Judiciais são:

	R\$ mil					
	31/12/03			31/12/02		
	Provisão para contingências		Depósitos Judiciais	Provisão para contingências		Depósitos Judiciais
Contingências	No exercício	Acumulada		No exercício	Acumulada	
Trabalhistas						
Alteração de jornada de Trabalho	2	4.712	-	2.365	4.710	-
Diferença salarial – 3,27%	(2.249)	800	-	(1.425)	3.049	-
Periculosidade	860	4.541	180	2.477	3.681	163
Equiparação salarial	(38)	102	-	128	140	-
Horas extras	195	440	131	79	245	18
PDV	38	353	65	(61)	315	-
Outros	3.308	9.074	9.638	1.874	5.766	5366
Total contingências trabalhistas	2.116	20.022	10.014	5.437	17.906	5.547
Cíveis						
Débitos questionados judicialmente	3.017	4.081	-	-	1.064	-
Indenizações	3.421	7.370	85	(1.820)	3.949	21
Medida Cautelar – AGESPISA*(1)	-	-	-	-	-	-
Outros	(5.679)	1.308	1.906	5.070	6.987	1.508
Total contingências Cíveis	759	12.759	1.991	3.250	12.000	1.529
Total Geral	2.875	32.781	12.005	8.687	29.906	7.076

*(1) O valor não incluído na Provisão para Contingência em razão da causa ser considerada pelos advogados da Companhia como expectativa de perda remota.

Em decorrência do processo de federalização, ocasionalmente a CEPISA é demandada por consumidores com os quais foram efetuadas quitações de débitos via encontro de contas, especialmente no caso de poderes públicos, os quais questionaram basicamente critérios aplicados para obtenção dos valores.

Entretanto, até o momento, não existe, nem via judicial, nem via administrativa, possibilidade de reabertura dos instrumentos firmados, tendo todos, até o momento, merecido a avaliação jurídica de atos jurídicos perfeitos, inclusive, com pareceres internos e externos que lhe dão sustentação.

Dessa forma, suportada por opinião de seus consultores jurídicos, a Administração da Companhia não espera qualquer perda em relação ao referido assunto e, assim sendo, não constituiu provisão para este fim.

19. Outras Contas a Pagar - Passivo Circulante

A composição do saldo desta rubrica está demonstrada a seguir:

	R\$ mil	
	31/12/03	31/12/02
Multas e encargos moratórios – CHESF	-	15.522
Taxa de iluminação pública – TIP(*)	4.808	3.185
Parcelamento de tributos e contribuições	214	400
Juros do empréstimo compulsório	25	27
Outros	1.680	325
	6.727	19.459

(*) Valores arrecadados e utilizados, mensalmente, para quitação de faturas de iluminação pública e manutenção das Prefeituras Municipais.

20. Passivo a Descoberto

20.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2003 e 2002, está representado por ações, sem valor nominal, como segue:

Espécie/Classe das ações		Quantidade e de ações	%
Ordinárias		25.039.537	9
		.135	5,50
Preferenciais	-	649.792.32	2
Classe "A"		8	,50
Preferenciais	-	531.038.04	2
Classe "B"		3	,00
		26.220.367	1
		.506	00,00

As ações ordinárias conferem direito de voto nas deliberações da Assembléia Geral de Acionistas, na proporção de um voto por ação, ou o direito ao voto múltiplo nos casos e na forma prevista em lei.

As ações preferenciais não têm direito de voto na Assembléia Gerál de Acionistas e gozarão das seguintes vantagens:

- a. prioridade na distribuição e recebimento de dividendos anuais de até 10% (dez por cento), calculados sobre o valor da parcela do capital representado pelas ações preferenciais Classe "A";
- b. montante de dividendos equivalente no mínimo a 10% (dez por cento), calculado sobre o valor da parcela de capital representado pelas ações preferenciais Classe "B";
- c. prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia.

20.2 Proposta para aumento de capital

Através da Resolução nº 707/2000, de 04 de dezembro de 2000, a Diretoria Executiva da ELETROBRÁS aprovou proposta para aumento de capital da CEPISA em até R\$ 87.800 mil, a ser concretizado, mediante utilização dos seguintes recursos:

- R\$ 11.200 mil destinados à cobertura de déficit operacional da CEPISA, apurado até 31 de dezembro de 2001;
- R\$ 4.000 mil para aporte de recursos antecipados à CEPISA em setembro de 2000, para cumprimento de compromissos tributários; e
- R\$ 72.600 mil referentes ao saldo devedor de empréstimos e financiamentos que a ELETROBRÁS detém na CEPISA.

Em 31 de dezembro de 2003 o valor atualizado dos contratos que serão capitalizados, com amparo na mencionada Resolução, atinge o montante de R\$ 145.730 mil.

Em 02 de julho de 2003 e 11 de julho de 2003, a Diretoria Executiva da ELETROBRÁS encaminhou ao Conselho de Administração com as Resoluções 394/2003 e 625/2003, solicitando autorização de transferência desses empréstimos para a conta de Recursos Destinados a Aumento de Capital. Em 29 de agosto de 2003 e 17 de setembro de 2003, através das Deliberações - Del 047/2003 e Del 081/2003, o Conselho de Administração aprovou as citadas resoluções, nos montantes respectivos de R\$ 145.730 mil e R\$ 109.854 mil, no total de R\$ 255.584 mil.

20.3 Mutação do passivo a descoberto

A mutação do passivo a descoberto da Companhia é como segue: